

O TURISMO EM MOÇAMBIQUE: TENSÕES ENTRE O LOCAL E O GLOBAL

Tourism in Mozambique: Tensions Between the Local and the Global

Gustavo Schunemann Christófaro Silva¹, Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira², Christiane Luce Gomes³ & Hélder Ferreira Isayama⁴

RESUMO

O turismo em Moçambique, país localizado na África Austral, desempenha um papel crucial em seu desenvolvimento econômico e social, dada sua vasta diversidade natural e cultural. Este artigo busca analisar as influências locais e globais que moldaram as políticas governamentais e os investimentos no setor turístico moçambicano. O estudo, de natureza qualitativa, emprega uma combinação de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando fontes da Universidade Eduardo Mondlane e da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, além de documentos oficiais do governo moçambicano. Os resultados apontam os desafios enfrentados na gestão do setor, como os conflitos entre os setores público e privado, a exploração excessiva de recursos naturais e culturais, e os potenciais impactos negativos sobre as comunidades locais e o meio ambiente. A falta de coesão e ligações organizacionais eficazes também são apontadas como obstáculos para o desenvolvimento do turismo no país. A regulação adequada é considerada fundamental para garantir um desenvolvimento turístico equitativo e sustentável. O artigo sugere uma abordagem que priorize os interesses das economias populares, buscando integrar economicamente os desfavorecidos na cadeia produtiva do turismo e apoiar processos endógenos e de baixa escala. Investimentos em um modelo de turismo que promova a preservação local, o cuidado com o meio ambiente e a valorização da cultura são vistos como estratégicos para o sucesso contínuo do setor.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo; Moçambique; Desenvolvimento Turístico.

ABSTRACT

Tourism in Mozambique, a country located in Southern Africa, plays a crucial role in its economic and social development, given its vast natural and cultural diversity. This article aims to analyze the local and global influences that have shaped government policies and investments in the Mozambican tourism sector. The study, of a qualitative nature, employs a combination of bibliographic and documentary research, utilizing sources from Eduardo Mondlane University

¹ **Gustavo Schunemann Christófaro Silva** – Doutor em Estudos do Lazer (UFMG). Professor adjunto do curso de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3140394191645187>. E-mail: guto1804@gmail.com.

² **Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira** – Doutora em Estudos do Lazer (UFMG). Membro do corpo docente do programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer e do curso de graduação em turismo da UFMG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0429251369311462>. E-mail: anapaulagsantos@yahoo.com.br.

³ **Christiane Luce Gomes** – Doutora em Educação (UFMG). Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3397229266029271>. E-mail: chrislucegomesufmg@gmail.com.

⁴ **Hélder Ferreira Isayama** – Doutor em Educação Física (UNICAMP). Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0667395123212935>. E-mail: helderisayama@yahoo.com.br.

and the Higher School of Hospitality and Tourism of Inhambane, as well as official documents from the Mozambican government. The results highlight the challenges faced in managing the sector, such as conflicts between the public and private sectors, the excessive exploitation of natural and cultural resources, and the potential negative impacts on local communities and the environment. The lack of cohesion and effective organizational links is also identified as an obstacle to tourism development in the country. Proper regulation is considered essential to ensure equitable and sustainable tourism development. The article suggests an approach that prioritizes the interests of local economies, seeking to economically integrate marginalized groups into the tourism production chain and support endogenous and small-scale processes. Investments in a tourism model that promotes local preservation, environmental care, and cultural appreciation are viewed as strategic for the continued success of the sector.

KEYWORDS

Tourism; Mozambique; Tourism Development.

INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre o turismo em Moçambique, país localizado na costa oriental da África Austral, região situada no sul do continente africano. Com cerca de vinte e seis milhões de habitantes, o país é dividido em 11 províncias, distribuídas em um território de 801.590 km² (Moçambique, 2019). Com localização privilegiada ao longo da costa do Oceano Índico, o país oferece uma rica diversidade de recursos naturais, desde praias paradisíacas até parques nacionais com fauna e flora diversificadas. Além disso, sua herança cultural e histórica desperta o interesse de visitantes e por isso, a atividade turística desempenha um papel relevante no desenvolvimento econômico e social de Moçambique. No decorrer dos anos, o turismo em Moçambique tem passado por transformações importantes, desde os desafios enfrentados após a independência de Portugal, alcançada em 1974, até o crescimento como destino turístico emergente na região da África Austral.

Ao explorar mais a fundo esse cenário, surgem questões pertinentes que guiam nossa reflexão sobre o setor no país: Como as influências locais e globais têm moldado as políticas governamentais e os investimentos no turismo em Moçambique? Quais são os desafios enfrentados na gestão do turismo no país, especialmente no que diz respeito aos conflitos entre os setores público e privado, e à exploração excessiva de recursos naturais e culturais? Considerando os impactos socioeconômicos e ambientais, como a inclusão social tem sido realizado na prática?

O presente estudo tem como objetivo discutir o turismo em Moçambique, considerando as tensões entre o local e o global que perpassam as iniciativas governamentais e os investimentos que o fomentaram no país. Reconhecendo o potencial do turismo para impulsionar a inclusão social e a possibilidade de geração de novos postos de empregos, o artigo também destaca os desafios enfrentados, como conflitos na gestão entre os setores público e privado, a exploração excessiva de recursos naturais e culturais, e os possíveis impactos negativos sobre as comunidades locais e o meio ambiente.

METODOLOGIA

Esta pesquisa de abordagem qualitativa contou com a combinação do estudo bibliográfico e documental como estratégias metodológicas. A pesquisa bibliográfica foi realizada ao longo de todo o processo, utilizando a técnica da revisão narrativa da literatura. Destaca-se a consulta aos acervos da biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESTHI), que se mostraram fundamentais para a obtenção de informações pertinentes ao estudo.

Na pesquisa documental, foram examinados documentos oficiais do governo de Moçambique, visando compreender as diretrizes para o desenvolvimento do turismo no país. Destacamos o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo de Moçambique – 1995/1999, reconhecido como um guia fundamental para a promoção de uma atividade turística “harmoniosa”. Além disso, foi considerada a Política Nacional de Turismo 2003, que estabelece o arcabouço legal para orientar o setor turístico no país. Para operacionalizar tais diretrizes, foi publicado em 2004 o Plano Estratégico de Turismo de Moçambique – 2004/2013, utilizado como fonte primária nesta investigação.

Adicionalmente, foram objeto de análise o Plano Estratégico da Província de Inhambane – 2011/2020, elaborado com a finalidade de promover o desenvolvimento socioeconômico e mitigar a pobreza tanto a nível regional quanto nacional. Outra fonte considerada foi a Quarta Avaliação Nacional da Pobreza e Bem-Estar em Moçambique – 2016, que oferece uma análise abrangente dos índices de pobreza e bem-estar, assim como suas tendências no país no período de 2004 a 2016. Por fim, foi analisado o Plano Quinquenal – 2020/2024, cujo foco governamental reside na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das famílias moçambicanas, bem como na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

DAS HERANÇAS COLONIAIS AO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA: DESAFIOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE

O turismo, como atividade econômica em Moçambique, não é recente. Antes mesmo da proclamação do país como território independente e soberano, em 1975, há evidências que revelam que a atividade turística foi implementada pelo sistema colonial que, na segunda metade dos anos 50, já havia criado os primeiros centros de informação de turismo (Terenciano; Mucache; Salião, 2018). A década de 1960, por sua vez, é marcada pelo advento de áreas declaradas de proteção e de conservação⁵, como foi o caso do Parque Nacional de Gorongosa⁶ e da Reserva Especial de Maputo⁷. De acordo com Nhantumbo (2009), pelo fato de essas áreas de conservação e proteção, acompanhadas de uma infraestrutura turística, já existirem, Moçambique se apresentou como um dos primeiros destinos turísticos da África Austral, sobretudo para portugueses, sul-africanos e zimbabueanos.

De acordo com Azevedo (2014), Moçambique possui recursos turísticos combinados que se dividem em diversas tipologias de atividades. Observa-se maior expressividade para tipologias associadas ao ambiente natural como turismo de aventura, sol e praia, e construção de resorts nessas áreas. A oferta está localizada em diferentes rotas turísticas, distribuídas pelas 11 províncias do país. Porém, Chaveiro e Macaringue (2021) apontam que dada a história colonial do país, parte das atividades e espaços turísticos, têm sido concebidos como integrantes do conjunto de lugares de reprodução do “capital colonial” ou associados ao sistema colonial português. Ainda de acordo com os autores, “o aspecto mais marcante desses espaços turísticos é que seu nascimento decorreu num contexto em que uma das características das relações sociais é a exclusão com base na raça da pele, do status social dos sujeitos africanos” (p. 261).

Durante o período colonial, entre 1959 – quando foi criado o Departamento de Turismo – e 1975, a atividade turística representou papel significativo para a economia moçambicana. Porém, em decorrência do processo revolucionário (dinâmicas políticas, econômicas e sociais,

⁵ Atualmente, a Rede Nacional das Áreas de Conservação, dirigida pela Administração Nacional das Áreas de Conservação (Anac), órgão tutelado pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mitader), possui sob sua gestão sete parques e 12 reservas nacionais, além de outras categorias de áreas de conservação.

⁶ Considerado como uma das maiores histórias de sucesso na restauração da vida selvagem da África, o Parque Nacional da Gorongosa fica localizado na província de Sofala e abriga uma deslumbrante e única biodiversidade de espécies e paisagens (ANAC, 2017).

⁷ Com 1040 quilômetros quadrados de extensão e localizada no distrito de Matutuíne, na província de Maputo, a Reserva Especial de Maputo, legalmente criada por meio do Diploma Legislativo nº 19994, de 23 de julho de 1960, foi estabelecida essencialmente para proteger elefantes que viviam naquela região (ANAC, 2017).

sobretudo a guerra de libertação nacional e a guerra civil), ocorrido a partir de 1975 em Moçambique, os negócios relacionados à promissora atividade turística, assim como de outras atividades econômicas ligadas ao capital privado colonial, foram interrompidos, afetando consideravelmente a economia nacional. A esse contexto, somam-se desafios como a ausência de técnicos especializados para planejar e gerir as atividades, bem como a destruição da infraestrutura turística e vias de acesso, comunicação e transporte, ocorrida durante os 16 anos de conflito armado.

Segundo Papel (2020), após a independência nacional, Moçambique adotou uma orientação política socialista de matriz marxista-leninista. Esta nova direção política, respaldada pela Constituição da República Popular de Moçambique, promulgada em 1975, buscava reestruturar completamente a sociedade colonial, com o objetivo de criar uma nova ordem social. No entanto, Silva (2019) afirma que essa mudança política acabou por desencorajar o desenvolvimento do turismo no país, indo na contramão dos novos princípios político-ideológicos. Assim, o turismo passa a ser visto como uma atividade de elite, representando um risco de "poluição capitalista". Inicialmente, entre 1975 e o início da década de 1980, a estagnação dos negócios relacionados ao turismo pôde ser percebida nas atividades relacionadas aos atrativos naturais. Porém, com a intensificação dos conflitos armados, a partir de 1990, o problema se estendeu às áreas urbanas do país, perdurando até 1992, ano marcado pelo fim da guerra civil.

Com o fim da guerra e inserido em um novo contexto político, a partir de meados da década de 1990, Moçambique passa a ganhar espaço na mídia internacional, "vendendo" a imagem de um país modelo de transição pacífica para a democracia e que, apesar de destruído pela guerra, estava sedento pelo desenvolvimento (Silva, 2019). Como consequência, essa estratégia de exposição atraiu a atenção não só dos compatriotas que viviam em outros países, como na África do Sul, e sobretudo de portugueses que lá residiam. Dessa forma, em busca de oportunidades de negócio, esses visitantes voltaram-se para Moçambique. Junto com o avanço de setores como a agricultura e o comércio, grande parte desses empreendedores encontrou no turismo um negócio atraente, investindo, por exemplo, na abertura de bares, restaurantes e estações turísticas nas praias do país (Silva, 2019). Porém, essa ocupação se deu de forma desorganizada, sem a intervenção e o controle das autoridades oficiais moçambicanas, fazendo com que os

únicos beneficiários fossem os investidores estrangeiros. Chaveiro e Macaringue (2021) salientam que,

olhando o rumo dos acontecimentos, tudo nos leva a dizer que os processos de integração do turismo, por meio de espacialização dos empreendimentos, produto de demarcação de terra com condições naturais e ou adaptadas pela técnica para o lazer, recreação entre outras atividades, pode-se dizer que há uma tendência de se negligenciar os direitos das pessoas fixadas nos espaços escolhidos para acolher negócios turísticos (p. 262).

Coadunando com os autores, de forma sistemática, o desenvolvimento do turismo geralmente é incentivado sem uma consideração adequada das comunidades locais que habitam áreas de interesse turístico. Dessa forma, a expansão desenfreada de negócios turísticos pode resultar em deslocamentos forçados da população, perda de terras e meios de subsistência, além de impactar negativamente a cultura e o modo de vida dos residentes. Todos esses pontos estão amplamente registrados pelas diversas pesquisas e publicações científicas em nível mundial. Acrescenta-se a busca pelo lucro, que muitas vezes, prevalece sobre os direitos humanos e a preservação do meio ambiente. Este cenário é ainda mais perverso em locais em que se observa a baixa escolaridade da população, baixa qualificação profissional como o caso de Moçambique. Resulta deste contexto a degradação dos recursos naturais, e a exploração dos trabalhadores locais.

É essencial que o desenvolvimento do turismo seja realizado com responsabilidade e respeito aos direitos das pessoas que vivem nas áreas escolhidas, garantindo o envolvimento e o consentimento das comunidades afetadas e promovendo um turismo que beneficie todos. Negligenciar os direitos das pessoas em prol do crescimento econômico do turismo pautado em grandes negócios internacionais é uma abordagem insustentável e injusta, que pode gerar consequências negativas a longo prazo para as comunidades locais e para o próprio desenvolvimento da atividade turística.

Como a ocupação do espaço no país ocorreu sem planejamento e seguiu uma lógica exclusivamente econômica, emergiram conflitos entre os estrangeiros e a população local, bem como severos efeitos sobre as paisagens e o meio ambiente em geral. O desenvolvimento do turismo no país representou, portanto, um momento ameaçador. Contudo, mesmo com os

efeitos causados pelo processo, a retomada da atividade turística, na época, foi significativa, fato que atraiu a atenção das autoridades para a relevância do turismo no país.

Assim, por meio de instrumentos legais e da adoção de políticas públicas, a partir do ano de 1994 o governo de Moçambique passa a fomentar a atividade turística por ser considerada promissora. Além de potencializar o mercado de câmbios e a geração de empregos, o turismo poderia reforçar o desenvolvimento regional, servindo como instrumento de projeção de uma atraente imagem de Moçambique no exterior⁸.

Dessa forma, o turismo foi definido como uma área prioritária para maximizar a entrada de divisas no país e gerar empregos e rendas, colaborando diretamente com o desenvolvimento do país. Assim, em 1995 o governo de Moçambique cria o Ministério do Turismo (Mitur), que desenvolve, no mesmo ano, o primeiro Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM 1995-1999). Este documento apresenta as diretrizes para alcançar o denominado desenvolvimento harmonioso da atividade turística no país (Moçambique 1995b). Quase uma década depois, em 2003, é aprovada a Política Nacional de Turismo (MOÇAMBIQUE, 2003c), que serviu de base legal para orientar as ações relativas às atividades turísticas. Para a operacionalização de seus deveres, em 2004 o PEDTM 2004-2013 é aprovado, substituindo o plano elaborado em 1995. De acordo com o PEDTM 2004-2013⁹:

A assinatura do Acordo de Paz, em 1992, marcou o início da revitalização do setor do turismo. A partir de meados dos anos noventa, a economia registra um crescimento apreciável e na cidade de Maputo foram abertos vários hotéis vocacionados para o turismo de negócios e restaurantes a procura de lazer com base em praias tem estado a estimular o desenvolvimento do alojamento nas estâncias turísticas do sul: Ponta do Ouro, Inhambane, Bilene etc. Os investimentos foram feitos predominantemente em cabanas de praia, locais de campismo e acomodação com cozinha própria destinados ao mercado regional. Têm estado a realizar-se investimentos dirigidos aos mercados mais exigentes nas ilhas do Parque Nacional de Bazaruto e na área continental de Vilankulo.

⁸ De acordo com Fias (2008), nesse período, o país verificou expressiva recuperação da atividade turística, chegando a alcançar, entre os anos 1992 e 2002, uma média de crescimento do número de turistas estimada em 8%. Em 1995, Moçambique possuía uma frequência de cerca de 160.000 turistas ao ano, número que passou para 300.000 em dois anos e chegou a 400.000 em 2001. Nesse mesmo período, considerando um intervalo de seis anos, a capacidade de alojamentos do país passou de 7500 para 12200 camas. (Ine, 1999; Moçambique, 2004; Moçambique, 2015).

⁹ Cabe ressaltar que o referido plano já foi reestruturado, estando em vigor o PEDTM 2016-2025.

Nos tempos mais recentes, os investidores começam a mostrar interesse pelas regiões situadas a norte do país, principalmente em Pemba, no arquipélago das Quirimbas e na zona de Nacala. Em 2001, Moçambique recebeu através das fronteiras cerca de 4000.000 turistas, aproximadamente o equivalente aos números recordes registrados no tempo colonial (Moçambique, 2004, p. 19).

A imagem que o turismo passa a ter para o governo moçambicano em 2004 é reafirmada como um segmento econômico que detém um potencial, tanto para a geração de postos de emprego (direto e indireto) como para o aumento de receitas tributárias e, por meio de iniciativas ou programas, apoio nas agendas de conservação da biodiversidade.

Em todo o mundo, o turismo é o sector que revela uma crescente importância económica. É uma indústria que em 2001 contribuiu com 4,2 por cento para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) da economia mundial global e emprega cerca de 8,2 da população mundial economicamente activa, Como um sector económico, o turismo é um dos que pode trazer crescimento e emprego na escala necessária para fazer a diferença em Moçambique, bastando para o efeito que o desenvolvimento de Moçambique como destino turístico seja gerido de forma estratégico e sustentável (Moçambique, 2004, p. 77).

A análise do excerto dá algumas pistas sobre concepções e orientações articuladas na proposição de planos, projetos e ações do poder público. O uso dos termos 'sector' e 'indústria' apontam para uma compreensão do turismo enquanto parte integrante do processo capitalista. O discurso associado a esta direção corresponde à geração de emprego e renda sem, no entanto, refletir e sinalizar que os empregos gerados são em sua maioria de baixa qualificação, baixa remuneração, e muitas vezes em formatos sazonais.

Complementando, o termo indústria pode sugerir a massificação da atividade turística, e oferta de produtos e experiências padronizadas, o que segue na contramão de processos de desenvolvimento sustentável comprometidos com outras dimensões relevantes, como a social e ambiental. Largamente utilizado por gestores, elaboradores de políticas, pesquisadores e etc, o uso deste termo tem se mostrado cada dia mais inapropriado e superficial, como um mero clichê.

Prosseguindo com a análise dos documentos, em seu Plano Quinquenal (2020-2024), o governo de Moçambique estimava, ao invés de cerca de 1.9 milhão registrado no plano de 2019, a entrada de cerca de 13 milhões de turistas no país. Além disso, em relação às visitas às instâncias turísticas, possuía como perspectiva atingir, em 2020, a meta dos 1.1 milhão de turistas nacionais, em comparação aos 800 mil registrados no ano anterior, estimando, como consequência, gerar cerca de 426.3 mil empregos (Moçambique, 2020).

Porém, apesar da euforia em relação às projeções, a eclosão da pandemia do coronavírus, sobretudo no ano de 2020, acabou inviabilizando os planos do governo. Em decorrência do fechamento de algumas redes hoteleiras e agências de turismo por falta de visitantes, houve um aumento na taxa de desemprego no setor, já que muitos trabalhadores assalariados foram demitidos.

Pelo fato de envolver relações sociais e de poder entre residentes e turistas, produtores e consumidores, o turismo não deve ser concebido somente pela dimensão econômica, mas principalmente, como prática social, pois envolve outras dimensões como política, cultural e educativa. No contexto da dinâmica da acumulação capitalista, submetendo de forma direta o Estado em prol do mercado, o turismo passa a se responsabilizar por dar respostas às crises globais do capital mundial.

Além disso, por ser concebido como um essencial serviço de suporte à recuperação do trabalho humano, acaba, de forma contraditória, viabilizando o desenvolvimento da exploração do trabalho industrial, comercial e financeiro nos variados mercados internacionais voltados para a atividade turística. Fruto da sociedade de consumo, que o transformou em mercadoria, esse turismo, atendendo especificamente às exigências do capital e forjando respostas às necessidades humanas, ampliou seu raio de ação para lugares considerados subdesenvolvidos, nos quais as classes desfavorecidas, além de deixarem de desfrutar, passaram a produzir serviços turísticos para a elite (Cruz, 2001; Coriolano, 2006).

Seguindo esta linha de interpretação, Terenciano, Mucache e Salião (2018) afirmam que o turismo é

Pertinente ao local tanto quanto ao mundial, pois domina as relações sociais históricas em função de mudanças e reestruturação dos espaços, aproveitando os recursos locais.

Transfere o valor dos patrimônios culturais das cidades, e dos lugares da população local para os turistas, enquanto objeto do olhar, do prazer e de desejo. Em função do turismo e do consumo dos espaços são produzidas diversas formas estruturais de paisagens e de negócios (p. 158).

Ao destinar seus investimentos para esses locais, além de explorarem os espaços e a força de trabalho local, os operadores turísticos passam a ser concebidos como meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo. Assim, eles se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo, materializando-se na lógica da diferenciação histórica e geográfica dos lugares e das regiões.

TURISMO EM MOÇAMBIQUE: REFLEXÕES E INTERFACES SOBRE NEOLIBERALISMO E DESENVOLVIMENTO

A partir de meados da década de 90, surge uma abordagem fundamentada na lógica neoliberal, promovendo o livre comércio e mercado aberto. Nesse contexto, a atividade turística ganha destaque, inspirada pelos casos de sucesso de países mais desenvolvidos, como a vizinha África do Sul. Nesses países, observa-se um aumento no volume de dinheiro movimentado pela atividade turística, assim como na geração de empregos e na arrecadação de receitas fiscais pelo governo.

Para Mosca (1996), a prática do turismo e, conseqüentemente, a realização de negócios turísticos em Moçambique, motivada pela penetração do capital colonial no país, demarca a transição da economia primitiva para outro patamar – comercial e capitalista. Dessa forma, em detrimento da nova conjuntura política interna, adotada após o (longo) período dos conflitos armados e inserida no contexto das reformas de reajustamento estrutural, Moçambique passa a aderir aos ideais das instituições de *Bretton Woods*¹⁰, possibilitando a retomada das inativas econômicas, incluindo os negócios relacionados ao turismo. Porém, cabe ressaltar que tais políticas de reajustamento estrutural foram promovidas pelo FMI e pelo Banco Mundial e influenciaram demasiadamente a constituição da realidade social, econômica e política da sociedade moçambicana. De acordo com Macamo (2003),

¹⁰ A Conferência de Bretton Woods, ocorrida ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1944, na cidade norte-americana New Hampshire, estabeleceu a criação de instituições e normas – dentre elas destacam-se o FMI e o Banco Mundial, a fixação de taxas cambiais, assim como mecanismos, em casos extremos, para alterá-las – que objetivavam gerir a economia global, diminuindo as tensões e alavancando o comércio e o desenvolvimento mundial.

O que torna o reajustamento estrutural importante para a constituição da realidade nos países africanos é precisamente a sua enorme capacidade de desestabilização da ordem quotidiana. É a forma como ele se impõe no horizonte social como a única fonte de problemas que precisam de solução. Completamente saturada por problemas, interesses, clivagens etc. que reflectem as prioridades do reajustamento estrutural a realidade social daí resultante é uma realidade bastarda, expressão duma visão totalitária que se legitima com um discurso emancipatório (p. 235).

Liberalização comercial, financeira e cambial, assim como privatização e redução do papel intervencionista do Estado, passam a ser os fundamentos das reformas de reajustamento estrutural, ou melhor, do projeto neoliberal recém instaurado em Moçambique. Dessa forma, Macamo afirma que, no contexto moçambicano, o projeto totalitário neoliberal

Concretiza-se nas aporias que impõem, na sua capacidade de tornar os anseios, projectos e expectativas do outro apenas articuláveis nos termos do consenso de Washington. A análise incidirá, portanto, na disciplinarização de Moçambique com destaque para o processo de normalização. A principal característica deste processo é o recurso a tecnologias de poder que incidem essencialmente naquilo que podemos chamar de invenção de actores, instituições e, duma forma geral, da construção social de Moçambique (p. 236).

De acordo com Catsossa e Gonçalves (2021), partindo do “pressuposto de que a entrada de estrangeiros no país é diretamente proporcional à entrada de divisas para os cofres do Estado” (p. 287), o turismo em Moçambique passa a ser considerado uma atividade catalizadora da economia do país. Porém, os autores salientam que, na prática, tal lógica não se aplicou, tendo em vista que o turismo pouco contribuiu para a economia do país, já que

Grande parte das reservas e pagamentos dos turistas às instâncias hoteleiras e turísticas são feitas no exterior, via internet, não permitindo assim a coleta ao nível local e a entrada indireta das divisas nos cofres do Estado. O que acontece é que o turista entra no país com quase tudo para permanecer os dias que reservou junto às instâncias turísticas hoteleiras. Por exemplo, há casos em que os turistas vêm com os seus próprios produtos de consumo (alimentação, água, refrigerante, cerveja etc.) dos seus países de origem e

isto, tem inibido a participação das comunidades locais sobre a economia gerada pelas atividades turísticas no país (Catsossa; Gonçalves, 2021, p. 289).

Em princípio, a atividade turística pode promover a inclusão social, ampliar as oportunidades de trabalho e renda, atrair investimentos, aumentar receitas e potencializar o empreendedorismo local, contribuindo com a transformação das sociedades e impulsionando a economia global. Tanto em Moçambique como em outros países do mundo, o turismo se apresenta como uma das mais rentáveis e promissoras atividades em expansão. Porém, o contexto moçambicano é marcado por adversidades que limitam a ampliação e a consolidação da atividade turística. Na tentativa de exemplificar a relação entre turismo e desigualdade social em Moçambique, distintas situações e indicadores socioeconômicos foram analisados e sinalizam limites na promoção de desenvolvimento socioeconômico, na distribuição de renda e, como consequência, na qualidade de vida de grande parte da população moçambicana (Cunha, 1997).

O primeiro ponto diz respeito à educação. Apesar do sistema educacional moçambicano ter avançado no decorrer dos anos 2000, ainda há escolas edificadas com material inadequado e que, por não possuírem mesas e cadeiras, geralmente os alunos assistem às aulas sentados no chão ou se acomodam de forma improvisada. De acordo com Chaúque (2013), durante deslocamentos pelas estradas, cidades e bairros de diferentes regiões do país, é possível constatar o deslocamento a pé de crianças de suas moradias em direção às escolas. De acordo com o autor, sozinhas ou em grupo, as crianças – muitas vezes com os pés descalços – percorrem distâncias que podem ultrapassar 10 km, e mais de seis horas de caminhada, extrapolando o tempo que ficam dentro da própria sala de aula.

A falta de infraestrutura adequada, combinada com a falta de um sistema educacional organizado, contribui para o baixo índice de alfabetização em Moçambique, onde uma grande parcela da população ainda é analfabeta. Durante a abertura da Conferência Nacional sobre Educação, realizada em julho de 2023 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), o presidente em exercício, Filipe Nyusi, destacou que a taxa de analfabetismo global do país é de 39%.

Muitos moçambicanos não dominam as operações matemáticas básicas e não falam português – embora esta seja a língua oficial do país, aproximadamente 40 línguas locais são faladas em Moçambique (Belém, 2016). Essas questões dificultam o acesso da população às atividades

institucionais e governamentais. Isso é agravado tanto pela dificuldade de acesso às informações veiculadas em língua portuguesa, quanto pela incompreensão das propagandas, notícias e trâmites burocráticos verificados no país.

O alto índice de evasão escolar verificado em Moçambique também decorre de uma perversa e complexa realidade que marca a região: a prostituição infantil. De acordo com Conceição (2019), esse problema vem se avolumando no país. Mais do que a oportunidade de ganhar algum dinheiro, centenas de crianças e adolescentes entre 12 e 16 anos submetem-se a essa prática, muitas vezes incentivados pelos próprios familiares, seja para sobreviver ou para escapar de uma situação de pobreza extrema. Além de crianças e adolescentes fazerem vários programas no mesmo dia ao preço médio de 200 meticais (menos que três euros), grande parte das relações sexuais é realizada sem o uso de métodos contraceptivos e de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Cabe ressaltar que, em Moçambique, aproximadamente 10% da população – algo em torno de 2,5 milhões de pessoas – foram infectadas pela Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) (Casimiro, 2012).

Assim como ocorre com a educação, o sistema de saúde pública do país enfrenta graves problemas. Stacciarini e Stacciarini (2020) destacam a precariedade na oferta de serviços, medicamentos e campanhas de prevenção, mesmo havendo pouca burocracia no acesso aos postos de atendimento disponíveis. Esse fato se materializa tanto nos elevados índices de contaminação por doenças infecto-contagiosas, quanto nos assustadores surtos de doenças tropicais, como é o caso da malária.

Além dos desafios enfrentados nas áreas da educação e da saúde, a pobreza material no país é outro indicador evidente da falha em distribuir renda e melhorar a qualidade de vida de uma parcela significativa da população. Um exemplo disso é a província de Inhambane, situada aproximadamente 500 km ao norte da capital Maputo. Em 2011, o governo de Inhambane elaborou o Plano Estratégico da Província de Inhambane (2011-2020), com “a finalidade de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico e combater a pobreza de seus habitantes” (Inhambane, 2011, p. 8). De acordo com o documento, que atesta as desigualdades presentes na região, além da complexidade e da dificuldade na elaboração e na instituição de políticas públicas democráticas e eficientes, em 2009 o índice de pobreza extrema na região compreendia 57,9% da população local.

Em 2016 o governo de Moçambique, por meio do Ministério de Economia e Finanças (MEF), publicou a quarta avaliação nacional da pobreza e bem-estar no país (Moçambique, 2016). Um dos importantes indicadores para avaliação da condição de pobreza publicados no documento, responsável por medir, de forma indireta, a taxa de consumo das famílias moçambicanas, foi a “incidência da pobreza de consumo”. De acordo com os resultados divulgados no relatório, apesar de apresentar substancial tendência de queda ao longo do período de análise (1996-2015), os índices de pobreza de consumo da província de Inhambane, durante todo o intervalo em investigação, mantiveram-se sempre acima da média nacional (Moçambique, 2016), o que permanece. Segundo Stacciarini e Stacciarini (2020), atualmente, das 11 províncias moçambicanas, somente quatro superam os índices de pobreza de consumo da cidade.

Os altos índices de desemprego, de subutilização e de ocupação informal no país também chamam a atenção. De acordo com o INE, enquanto apenas cerca de 10% da população moçambicana se encontra formalmente empregada, os outros 90% estão vinculados ao mercado informal. De acordo com Stacciarini e Silva (2018a), a mesma informalidade ocupacional é percebida no setor de transportes e na produção de alimentos, assim como nos serviços domésticos, de modo que esses trabalhadores se encontram, obviamente, sem qualquer respaldo jurídico.

Somam-se aos limites, a existência de desequilíbrio no processo de integração entre os diferentes setores que integram e operam na atividade turística de Moçambique constatada pela produção científica do país. Desavenças e distanciamentos entre os agentes dos setores público e privado, bem como entre os espaços urbano e rural, e objetivos arquitetados para contemplar interesses pessoais são outras marcas para o desenvolvimento da atividade turística no país (Terenciano, Mucache e Salião, 2018), entre as quais a falta de coesão e efetivas ligações inter e intraorganizacionais são observadas.

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS: HEGEMONIA DO TURISMO INTERNACIONAL E RESISTÊNCIA LOCAL

Em Moçambique, o turismo é dominado e praticado por estrangeiros, os maiores beneficiários da atividade. Apesar de a OMT afirmar que a atividade é responsável por providenciar bilhões de oportunidades mundo afora (OMT, 2015), Fernandes e Coelho (2002) afirmam que, na realidade, trata-se de um segmento socioeconômico que gera benefícios para as elites

econômicas. Conforme salientam Chaveiro e Macaringue (2021), em países como Moçambique, marcados por precárias condições e oportunidades de trabalho, altos índices de analfabetismo e insuficiente cobertura dos serviços básicos, o turismo, amparado no discurso da necessidade de conservação dos bens naturais, se instala em regiões nas quais a população mal consegue obter o mínimo para se sustentar, levando à desintegração de comunidades inteiras.

Concordamos com Santos e Silveira (2001), que afirmam que o espaço, que constantemente se recria, se reproduz e se materializa através de artefatos e ações, é o principal objeto de consumo do turismo. Porém, a ocupação, a ordenação e a transformação desse espaço, apropriado pela atividade turística, devem ser realizadas a partir de um rigoroso planejamento territorial.

Porém, o planejamento do turismo (a ser consumido) em Moçambique e, como consequência, a transformação dos espaços ocorrem de forma racional. Alegando falta de capacidade e de condições para a gestão, o setor público moçambicano concessiona e entrega suas áreas de conservação para serem geridas pelo setor privado estrangeiro. Catsossa (2019) afirma que, no país, tanto praias como áreas de conservação da biodiversidade, como reservas e parques nacionais, vêm sendo geridas pela iniciativa privada estrangeira, como é o caso de empresas sul-africanas e norte-americanas, por exemplo.

Segundo Catsossa e Gonçalves (2021), após serem apropriadas e privatizadas, as empresas estrangeiras “criam leis e condições próprias do capitalismo neoliberal, as quais passam a ser usadas na gestão das áreas de conservação da biodiversidade em sua posse” (p. 290). Surgem, então, o que Fernandes (2008) denomina de “territórios do território”: mascarado por um discurso conservacionista e preservacionista, o espaço geográfico, por meio de uma “compartimentação e fragmentação” (Santos, 2003), passa a ser gerido pelos “dinheiros globalizados” (Santos, 2011), que colocam em risco os ecossistemas costeiros frágeis e destroem as territorialidades locais.

Além de evidenciar uma seletividade espacial, a forma como o espaço turístico do país vem sendo organizado e produzido é marcada, também, por conflitos sociais. Por questões de poder (financeiro, nesse caso), essa seletividade espacial impossibilita o livre acesso das pessoas de baixa renda aos lugares turísticos, que passam a ser frequentados apenas pelas elites. É o caso da praia de Macaneta, localizada no distrito de Marracuene, que após sua privatização, uma

taxa de entrada passou a ser cobrada, excluindo o acesso da população local que não possui condição financeira para tal.

De forma contraditória e desigual, a produção do espaço turístico moçambicano, pautado pela geração de lucro, acaba sendo orientado para o mercado global. Conforme Catsossa e Gonçalves (2021), “de um lado, estão as empresas que operam no ramo da conservação/preservação da biodiversidade, querendo ampliar e/ou anexar outras áreas e, do outro, os camponeses e as comunidades rurais, lutando e resistindo para permanecer em suas terras” (p. 296).

Entende-se, portanto, que os modelos de planificação relacionados à criação, ocupação, transformação e ordenação dos espaços turísticos em Moçambique têm sido concebidos e praticados de modo a negligenciar os interesses da população local, que não se enquadra dentro da lógica do mercado. Nesse sentido, ao invés dos ganhos indicados nos instrumentos de planificação apresentados pelo governo¹¹, a reconfiguração do espaço nacional tem sido adaptada para servir aos interesses e à reprodução do capital privado.

No contexto neoliberal, no lugar dos inoperantes processos históricos, a técnica utilizada proporciona agilidade e adaptabilidade territorial, fazendo com que, para cada modalidade de turismo, seja apresentada uma demanda espacial específica - reservas naturais, litorais, cidades históricas, áreas urbanas e rurais são aproveitadas. Sendo um negócio a serviço da reprodução do capital, os equipamentos turísticos e os ambientes de lazer servem de suporte à mobilização da mão de obra globalizada. Desenvolvê-lo implica persistir com a distribuição injusta da riqueza, atendendo às necessidades dos que vêm de fora, em prejuízo dos que ali vivem. A ênfase recai na transformação do espaço em mercadoria e na massificação das culturas, em detrimento da preservação de áreas e a proteção das culturas como elementos centrais do desenvolvimento local.

Os preceitos neoliberais reduzem o turismo a uma atividade que visa apenas o lucro. Contudo, a produção e distribuição de riqueza e renda, oportunidades de ganhos tanto para os trabalhadores como para as localidades menos desenvolvidas também podem ser vislumbradas a partir da descoberta comunitária de um outro turismo possível. Para Coriolano (2003), esse turismo possível traz como fator diferencial a maneira como os espaços e a força de trabalho

¹¹ Nos referimos aos PEDTMs publicados nos anos de 1995, 2004 e 2016.

são utilizados e como as relações sociais de produção, que determinam os níveis de exploração e de concentração de renda, são concebidas. Nas regiões litorâneas de Moçambique, apesar da tendência de acumulação de capital crescer na maioria dos lugares e na maior parte dos negócios turísticos, há iniciativas comprometidas com a redução da exploração do trabalho, com mais justos retornos para os trabalhadores e melhor distribuição dos resultados do trabalho social (Terenciano; Mucache; Salião, 2018).

O chamado turismo local e alternativo articula os interesses dos residentes, com a valorização e manutenção da identidade local, constituindo um processo simultâneo de resistência e solidariedade que desencadeia novas contradições no processo de ocupação dos seletivos lugares para o turismo. De acordo com Terenciano, Mucache e Salião (2018), ao mesmo tempo em que os territórios turísticos passam a ser dominados pelo capital, são apropriados pelos interesses locais e dos trabalhadores. Portanto, mesmo remetendo-se às estratégias do capital, do espetáculo e da fascinação dos turistas, estão sujeitos a resistências locais que, em grande parte, alienadas pelo consumo, se adéquam ao convencional sistema de produção capitalista. Nesse sentido, Rodrigues (1997) afirma que o turismo se configura como uma prática social que causa cisão interna nas comunidades, de modo que, para se modificar, no sentido de alcançar resultados genéricos e sustentados, demanda tempo.

O discurso sobre o turismo geralmente é empregado como alternativa para o desenvolvimento de países, estados e municípios e no caso de Moçambique não é diferente. Ao superestimar seu desempenho, criaram-se (e criam-se) falsas expectativas em relação à solução dos problemas sociais e ambientais, reforçando a afirmativa de que o turismo “Não desenvolveu as regiões pobres, nem distribuiu a riqueza do País, além de não consolidar territórios, apenas organizar outros comparativamente” (Terenciano; Mucache; Salião, 2018, p. 161). Além de transformar o espaço local em mercadoria global, desvalorizando o uso pela troca, avolumou os obstáculos nos locais em que foi tratado como política, já que, em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores locais, considerou apenas a acumulação do capital. Ademais, cabe ressaltar que tais práticas sociais e políticas dos governos e dos empresários que, num primeiro momento, pareceram discrepantes, acabaram, tempo depois, sendo adotadas por comunidades e pequenos empresários.

Em Moçambique, ideias que reconhecem o turismo como panaceia, capaz de gerar emprego e renda, acabaram por formar um discurso coletivo. Apesar disso, na prática, tal discurso se mostra superficial, já que mascara tanto as variadas formas de exploração do trabalho como acirra suas relações com o capital. Nesse sentido, Terenciano, Mucache e Salião (2018) afirmam que os discursos e as práticas neoliberais empregadas por algumas províncias do país, tendo em vista o turismo como o caminho para o desenvolvimento, vêm servindo como laboratório dessa dialética, que opõe a percepção de mundo oficial e de mercado à visão humanista e comunitária.

Ao invés de se render às perspectivas defendidas pelas elites, o Estado, democrático em sua essência, deveria dialogar criticamente, posicionando-se pelas minorias, na direção da congregação e do fortalecimento dos movimentos e das resistências sociais. Bem planejado, o turismo em Moçambique, assim como em outros locais, poderia viabilizar um conjunto de benefícios para o espaço no qual ocorre. Nesse sentido, Cunha (1997) sugere três pontos relevantes que deveriam ser levados em consideração para a contribuição do desenvolvimento local:

- a) o desenvolvimento pode ser integrado quando o turismo surge como um promotor dominante do processo de desenvolvimento;
- b) o desenvolvimento pode ser catalítico quando as atividades turísticas surgem como estimuladoras do desenvolvimento, assumindo um papel complementar, e, neste caso, as atividades turísticas têm de ser compatíveis com todas as outras e;
- c) o desenvolvimento pode ser útil quando as atividades turísticas são úteis ao desenvolvimento regional e constituem um meio de diversificação da atividade econômica, mas não a influenciam (Cunha, 1997, p. 32).

No entanto, os estados com políticas neoliberais tendem a priorizar a entrada de divisas em detrimento das questões sociais, comprometendo assim a autenticidade e a experiência do turismo internacional ao negligenciar as exclusões sociais e promover um discurso governamental dissimulado. Isso resulta em uma forma de turismo segregada, que limita a verdadeira imersão do turista no local que está visitando. Mesmo assim, Coriolano (2006) afirma que o mito que relaciona a introdução da atividade turística com a possibilidade de aumento da oferta de emprego e renda ainda prevalece em muitos países periféricos e para aqueles que ainda não se inseriram nesses roteiros por sua inclusão lutam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como em muitas outras partes do mundo, o turismo é considerado uma das atividades mais promissoras e em expansão em Moçambique. Entretanto, a realidade moçambicana apresenta desafios significativos para o desenvolvimento do turismo e suas contribuições para o desenvolvimento do país. Os problemas não se limitam apenas ao âmbito social. Foi observado que ainda persiste a reprodução do “capital colonial” ou associados ao sistema colonial português nas políticas governamentais e nos investimentos turísticos. Esta presença, caracteriza tensionamentos nos processos de gestão do turismo.

A gestão do turismo em Moçambique é marcada por desavenças entre os setores público e privado, falta de coesão e ligações organizacionais eficazes, o que dificulta o desenvolvimento da atividade no país. A exploração desenfreada dos recursos naturais pode levar à degradação ambiental e cultural, além de criar tensões entre as comunidades locais e os interesses comerciais. A parceria público-privada, embora possa trazer benefícios como investimentos e desenvolvimento, também apresenta desafios, como a possibilidade de sobrepor os interesses comerciais às necessidades das comunidades locais e à sustentabilidade ambiental. A regulamentação é fundamental para garantir que o desenvolvimento do turismo seja equitativo e sustentável.

Parte-se do pressuposto de que, as tensões resultantes entre as práticas políticas dos discursos hegemônicos e os discursos de resistência, o turismo não se difere de nenhuma outra atividade capitalista. Entende-se que não seja necessário negar a presença do Estado, tampouco a mundialização do capital, para a obtenção de êxito em nível comunitário com o turismo. Em busca de resultados sociais mais amplos e continuados, é necessário redirecionar a política estatal para os interesses das economias populares, possibilitando a entrada daqueles economicamente desfavorecidos na cadeia produtiva do turismo favorecendo e apoiando processos endógenos e de baixa escala.

Trata-se de uma estratégia vital, que demanda investimentos imediatos em um outro modelo de turismo atento às diferentes demandas da contemporaneidade, e sobretudo que abarque a preservação do local, o cuidado com o meio ambiente e a reinterpretação da cultura local. Possivelmente, nessa direção as ações para o desenvolvimento da atividade turística alcancem seu potencial de transformação social, ao impulsionar ações de inclusão, atração investimentos

direcionados ao empreendedorismo local, gerando empregos, e promovendo melhorias nas condições de vida dos residentes.

REFERÊNCIAS

- ANAC. (2017). *Administração Nacional das Áreas de Conservação*. [link](#)
- Azevedo, H. A. M. A. (2014). *A segurança em territórios turísticos: O caso do município de Inhambane em Moçambique* (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás). [link](#)
- Barretto, M. (2016). *Cultura e turismo: Discussões contemporâneas*. Papyrus.
- Belém, F. (2016). Português é idioma oficial de Moçambique, mas 90% da população prefere outras línguas. *RFI (Rádio France Internacional)*. [link](#)
- Beni, M. C. (2007). *Análise estrutural do turismo* (10ª ed.). Senac.
- Casimiro, I. (2012). *Desafio da Sida nas suas dimensões socioeconômicas, culturais e políticas no Brasil, África do Sul e Moçambique 2011-2012* (Relatório de Pesquisa). Maputo.
- CatSossa, L. A., & Gonçalves, K. B. (2021). Globalização, turismo e apropriação da natureza: Um olhar geográfico sobre a produção do espaço turístico em Marracuene/Moçambique. *Entre-Lugar*, 12(23), 273-309. [link](#)
- CatSossa, M. A. (2019). *Exploração Florestal na Zona Tampão do Parque Nacional de Mágoè: Estudo de caso localidade de Nhabando, Distrito de Cahora Bassa* (Dissertação de mestrado, UniPúnguè). [link](#)
- Chaúque, A. (2013). Autárquicas 2013: Inhambane, uma cidade-museu cobijada por todos.
- Chaveiro, E. F., & Macaringue, E. J. (2021). O poder do capital turístico em territórios campestres na província de Inhambane-Moçambique. *Entre-Lugar*, 12(23), 248-272. [link](#)
- Coriolano, L. N. (2003). O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In L. N. Coriolano, L. N. M. Teixeira, & L. C. Lima (Eds.), *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental* (pp. 26-44). EDUECE.
- Coriolano, L. N. (2006). Turismo: Prática social de apropriação e de dominação de territórios. In A. I. G. Lemos, M. Arroyo, & M. L. Silveira (Eds.), *América Latina: Cidade, campo e turismo* (pp. 367-378). USP. [link](#)
- Corrêa, C. C., & Mariani, M. P. A. (2011). A importância da atividade do turismo no espaço rural para o desenvolvimento regional e local. *Revista Científica da Ajes*, 2(4). [link](#)

- Cruz, R. C. A. (2001). O Nordeste que o turismo (ta) não vê. In A. B. Rodrigues (Ed.), *Turismo, modernidade, globalização*. Hucitec.
- Cunha, L. (1997). *Economia e política do turismo*. McGraw-Hill.
- Fairhead, J., Leach, M., & Scoones, I. (2012). Green grabbing: A new appropriation of nature? *The Journal of Peasant Studies*, 39(2), 237-261. [link](#)
- Fernandes, I. P., & Coelho, M. F. (2002). *Economia do turismo: Teoria e prática*. Campus.
- Fernandes, B. M. (2008). Entrando nos territórios do território. In E. T. Paulino & J. E. Fabrini (Eds.), *Campesinato e territórios em disputas* (pp. 273–302). Expressão Popular. [link](#)
- FIAS. (2008). *The tourism sector in Mozambique: A value chain analysis*. [link](#)
- INE. (1999). *Estatísticas setoriais: Turismo*. INE.
- INE. (2007). *Recenseamento geral da população e habitação 2007*. Maputo.
- Inhambane. (2011). *Plano Estratégico da Província de Inhambane PEPII (2011-2020)*. Inhambane.
- Macamo, E. (2003). Da disciplinarização de Moçambique: Ajustamento estrutural e as estratégias neo-liberais de risco. *Centro de Estudos Africanos do ISCTE*, 231-255. [link](#)
- Maxlhaieie, P. J., & Castrogiovanni, A. C. (2014). Patrimônio cultural e turismo: Cenários sobre o município de Inhambane, Moçambique. *Rosa dos Ventos*, 6(3), 356-373. [link](#)
- Moçambique. (1995). *Plano Estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (1995-1999)*. Mitur.
- Moçambique. (2003). Ministério da Educação. *Plano curricular do ensino básico*. MINED.
- Moçambique. (2004). *Plano Estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (2004-2013)*. Mitur.
- Moçambique. (2015). *Plano Estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (2016-2025)*. Mitur.
- Moçambique. (2016). Ministério da Economia e Finanças (MEF). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional*. Direção de Estudos Económicos e Financeiros (DEEF). Maputo.
- Moçambique. (2019). Ministério da Educação (MINED). *Taxa de analfabetismo província*. Maputo.
- Moçambique. (2020). *Plano quinquenal do governo 2020-2024*. GPM.
- Moesch, M. (2000). *A produção do saber turístico*. Contexto.

- Mosca, J. (1996). Agricultura de Moçambique pós-independência: Da experiência socialista à recuperação do modelo colonial (Documento de trabalho nº 3). Moçambique.
- Nhantumbo, E. S. (2009). Tourism development and community response: The case of the Inhambane coastal zone, Mozambique (Dissertação de mestrado, Universidade de Stellenbosch, África do Sul). [link](#)
- Organização Mundial do Turismo (OMT). (2001). *Introdução ao turismo* (D. M. R. Córner, Trad.). Roca.
- Papel, T. G. (2020). As dinâmicas educativas em Moçambique: Objetivos e perspectivas. *Práxis Educacional*, 16(40), 303-333. [link](#)
- Pires, P. (2002). *Dimensões do ecoturismo*. Senac.
- Prats, L. (1998). El concepto de patrimonio cultural. *Política y Sociedad*, 27.
- Rodrigues, A. B. (1997). *Turismo e espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. Hucitec.
- Ruschmann, D. V. M. (2002). *Turismo no Brasil*. Manole.
- Santos, C. A. N. L. (2011). O currículo dos cursos técnicos de lazer no Brasil: Um estudo de caso de formação profissional (Dissertação de mestrado, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais). [link](#)
- Santos, M. (2003). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal* (10ª ed.). Record.
- Santos, M., & Silveira, M. L. (2001). *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Record.
- Silva, C., & Moesch, M. (2016). Abordagens empíricas da concepção de turismo e suas implicações nas políticas públicas (apresentação de pôster). In *XIII Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. Rio de Janeiro.
- Silva, J. J. D. (2019). Turismo em Moçambique: Oportunidades, desafios e riscos. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, 3(3), 38-58. [link](#)
- Stacciarini, J. H. S., & Silva, D. J. S. (2019). Da Revolução à “Abertura” econômica: O crescimento e a importância da atividade turística para Cuba. *Espaço em Revista*, 21, 37-51. [link](#)
- Stacciarini, J. H. S., & Silva, L. C. O. (2018). O mercado informal de Maputo (Moçambique) e a feira de Xipamanine: Entre curiosidades e vivências no continente africano. *Élisée – Revista de Geografia da UEG*, 7, 41-52. [link](#)
- Stacciarini, J. H. S., & Stacciarini, J. H. R. (2020). Turismo x desigualdades sociais: Uma abordagem de Inhambane (Moçambique). *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 13(3), 397-412. [link](#)

Silva, G. S. C., Oliveira, A. P. S. de, Gomes, C. L. & Isayama, H. F. (2025). O Turismo em Moçambique: tensões entre o local e o global. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 17(1), e170107.
<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v17ip170107>

Terenciano, F., Mucache, C. R., & Salião, A. (2018). Neoliberalismo e percepções da importância do turismo em Moçambique: Uma discussão crítica e prática. *Revista Turismo e Sociedade*, 11(1), 147-168. [link](#)

Zimmermann, A., & Castro, I. (1996). *Turismo rural: Um modelo brasileiro*. Do Autor.